

Pesquisa mostra que 5 anos vencem

Secretário-geral do PMDB diz que Governo ganhará com 310 votos

Se fosse votado hoje, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney seria aprovado por 282 votos, mas dentro de 20 dias, quando a Constituinte estiver apreciando a matéria, o Governo terá condições de mobilizar 310 parlamentares favoráveis à tese. Os defensores dos quatro anos não conseguirão mais do que 243 votos. A previsão foi feita ontem pelo secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, durante o café da manhã com o Presidente, no Palácio da Alvorada.

Além de Sarney, 18 constituintes presentes ouviram o relato do deputado mineiro, com base em minucioso levantamento. Segundo ele, atualmente existem 282 constituintes dispostos a votar a favor do mandato de cinco anos e 230 pelo mandato de quatro anos. Segundo Reis, há 45 indefinidos, 24 dos quais votaram pelo mandato de cinco anos para os futuros presidentes, no texto permanente da Constituição.

AVALIAÇÃO

Na conversa com o Presidente, da qual participaram também o governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira, e o senador Alvaro Pacheco, Reis disse que, além daqueles 24 que votaram na primeira vez no mandato de cinco anos, há entre os 45 indefinidos 14 que votaram pelos quatro anos e sete que não votaram, ou seja, se absteram.

Lembrou o secretário-geral do PMDB que o presidencialismo conseguiu reunir quorum de 559 parla-

mentares — todos os constituintes, pela primeira vez desde a instalação daquela Assembleia. Uma hora depois, quando a duração do mandato era a questão, estavam presentes em plenário apenas 530 constituintes. Milton Reis previu para o Presidente que, dentro de 20 dias, quando da votação do mandato de Sarney, o Governo terá condições de reunir 310 votos pelos cinco anos.

Reis disse que quem votou nos cinco anos ora os futuros presidentes da República deve confirmar esse mandato para Sarney, porque, do contrário, estaria praticando uma discriminação. Mas lembrou que a política é muito dinâmica, e uma ação pode ser modificada em questão de minutos. Para evitar surpresas, Sarney vem mantendo contato com os constituintes: em dois dias, conversou com 97 parlamentares no Palácio da Alvorada, o que representa 17 por cento dos 559 constituintes.

Na quarta-feira, Sarney recebeu 52 parlamentares divididos em três grupos. Ontem, ele voltou a conversar com 55 constituintes, no Palácio da Alvorada. Entre eles, estava o deputado Fernando Santana (PCB/BA), que reafirmou a posição de seu partido pelo mandato de quatro anos, mas defendeu a necessidade de elaboração de um programa de salvação nacional, para garantir a transição democrática e sustentar a democracia. Para ele, o plano deve sair independente da duração do mandato de Sarney, "que se for de cinco anos não deve motivar desespero ou briga". "A institucionaliza-

ção do País passa pela estabilidade do governo Sarney", justificou.

Se o governo Sarney naufragar, sustentou o deputado, "todos nós naufragaremos". Santana acha que existe uma séria ameaça vinda da questão social, que comparou a um vulcão. "Esse vulcão pode romper a qualquer momento", afirmou o parlamentar, prevendo manifestações anárquicas de ruas, porque a sociedade não está bem representada pelos partidos políticos e pelos sindicatos.

O governo tem uma posição que não admite perder a guerra. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), que também esteve no Palácio da Alvorada, afirmou que seria uma discriminação aprovar um mandato de quatro anos para Sarney, enquanto os demais já estão com cinco anos garantidos pelo novo texto constitucional.

REUNIÃO

O presidente Sarney promove uma grande reunião, na manhã de hoje, no Palácio da Alvorada, com a presença dos ministros Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Prisco Viana (Habitação), Iris Rezende (Agricultura), João Alves (Interior), Jader Barbalho (Reforma Agrária), Borges da Silveira (Saúde) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), além dos líderes do governo Saldanha Derzi e Carlos Sant'Anna e dos líderes do PFL na Câmara e Senado, José Lourenço e Marcondes Gadelha, para uma avaliação geral do trabalho de articulação realizado em favor dos cinco anos.

EUGENIO NOVAES



Próximo das bases, Sarney Filho poderá trabalhar melhor sua candidatura

Sarney queria Zequinha longe da Constituinte

DILZE TEIXEIRA Da Editoria de Política

A nomeação do deputado Sarney Filho como secretário de Governo do Maranhão foi um "arranjo" montado pelo governador Eptácio Cafeteira, com o apoio de Sarney, para evitar que seu filho — Zequinha, como é conhecido na intimidade — reinclua em sua ação oposicionista, criando novas turbulências neste delicado período da Constituinte. Neste momento, a duração do mandato do presidente Sarney é uma das questões que está em jogo. Esta foi a explicação mais plausível ouvida, ontem, no Palácio do Planalto, sobre a intempestiva nomeação de Sarney Filho.

Amigos do presidente Sarney tentam explicar as "rebelias" do deputado Sarney Filho, lembrando que "ele já está em campanha. Joga para o eleitorado, da mesma forma que o deputado Alberico Filho, seu primo, que seguiu a orientação de Zequinha na votação da reforma agrária e é candidato à prefeitura de São Luís". Mas há quem tente justificar a dissidência política entre pai e filho recorrendo ao ditado "quem herda não furta", numa alusão clara e direta à época em que o então deputado José Sarney participava da ala Bossa-Nova da UND. Uma dissidência do partido com tendência para a esquerda.

REINCIDENTE

O voto de Zequinha na questão da reforma agrária — na quarta-feira — não foi o primeiro contrário à orientação paterna. Já em abril de 1984, quando Sarney presidia o PDS e seu partido fechou questão contra a emenda Dante de Oliveira — que estabelecia eleições diretas-já —, o deputado Sarney Filho votou — contra a orientação partidária — a favor da proposta.

Sarney Filho já agia com o olho no Governo do Maranhão, cargo que disputará em 1990. Na Constituinte, o primeiro ato de desobediência aconteceu na questão da exploração mineral, quando o deputado desobedeceu a diretoria do Governo e votou a favor da nacionalização da exploração mi-

neral. Finalmente, na quarta-feira passada Zequinha reafirmou sua opção pela independência, desconhecendo a orientação partidária com um voto não à proposta de reforma agrária do Centrão. Por isso foi punido com a exoneração do cargo de vice-líder do PFL.

José Lourenço não consultou o Presidente para destituir seu filho da liderança. "Presidente, quero avisá-lo de que estou destituindo um vice-líder que votou contra o Governo", limitou-se a comunicar o deputado. "Você agiu corretamente", respondeu Sarney, ainda sob o impacto da surpresa.

O golpe foi grande e surpreendente, como analisou um auxiliar do Presidente. Segundo a fonte, Sarney está não apenas muito magoado, como bastante irritado com o que considerou "imaturidade política" do filho, embora não guarde qualquer sentimento de ódio ou rancor do episódio.

Ontem, ao tomar conhecimento de que o pai iria almoçar na casa do seu secretário particular, Jorge Murad — que se encontra acamado, recuperando-se de um acidente automobilístico — o deputado Sarney Filho correu à residência do ex-cunhado, no Lago Sul de Brasília, para tentar justificar sua posição. "O Presidente ouviu, apenas. E logo mudou de assunto", revelou uma pessoa presente ao encontro, interpretando que o gesto indicou que o Presidente "não engoliu ainda o golpe".

Os desentendimentos políticos entre o Presidente e seu filho são novidade, já que é considerada perfeita a relação de afeto entre os dois. Também com os outros filhos Sarney tem se entendido bem. Roseana, que se revelou importante aliada política, e Fernando, sempre presente nos momentos de dificuldades políticas do pai, têm participado das decisões mais importantes. Para a votação do mandato de Sarney, nas Disposições Transitórias da Constituinte, Fernando já deixou São Luís e se encontra a postos em Brasília. Roseana, atualmente morando no Rio, está sendo aguardada para os próximos dias.

Líder demitiu para agradar aos radicais

A destituição do deputado Sarney Filho do cargo de vice-líderes do PFL foi a forma encontrada pelo líder José Lourenço para dar uma satisfação imediata aos mais radicais do Centrão, que cobravam o voto dissidente do filho do Presidente da República e chegaram a ameaçar com o revide durante a votação do mandato presidencial. Afinal, como comentou um desses líderes centristas, pouca falta vai fazer Sarney Filho, mas seu exemplo será assimilado.

Nas esquerdas, alguns deputados acharam precipitada a saída encontrada por Sarney Filho, pois ele jogou para a plateia. E um dos dez maiores gazeteiros na Constituinte, teve pouca participação; mas como queria melhorar seu ídolo, se aliou aos progressistas em duas votações importantes e fez sua média. Isso levou um líder do Centrão a comentar: "ele tem na cabeça o Maranhão e nós, o Brasil".

A maior queixa dentro do Centrão é que, com sua atitude, Sarney Filho poderia prejudicar seu pai. No mais, o registro apenas de que três deputados que formam a chamada "cozinha do Palácio", ficaram contra: Sarney Filho, Alberico Filho, sobrinho do Presidente, e Joaquim Aickel, amigo dileto.

O líder do PFL, José Lourenço, considerou o episódio encerrado e lembrou que sua caneta até pula no bolso quando não cumpre seus deveres. Lembrou, depois, que pelos mesmos motivos já destituiu da vice-liderança mais cinco: Sandra Cavalcanti, Alcei Guerra, Lúcio Alcântara, Thomas Nonô e Mário Assad. Todos votaram com a ala progressista do PMDB na Comissão de Sistematização.

No final, só o PFL perdeu

O PFL perdeu um membro na Câmara; o Centrão ganhou um adepto fervoroso; o PL aumentou sua bancada para oito parlamentares; o número de evangélicos no Congresso subiu para 34 e o presidente José Sarney foi brindado com mais um "amigo pessoal", na Constituinte. E este o saldo da volta de Sarney Filho para o Maranhão, onde irá conduzir o processo de sucessão municipal em todo o Estado, a convite do governador Eptácio Cafeteira. Em seu lugar assumiu o suplente Edivaldo Holanda, um pastor da Igreja Batista, eleito pelo PFL mas filiado há quase um mês ao Partido Liberal, pelo qual disputará a prefeitura de São Luís.

Ao tomar posse ontem, às 15h50, no gabinete do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, Edivaldo defendeu o texto do Centrão para a reforma agrária e mandato de cinco anos para Sarney. Segundo ele, a função social da terra deve estar ligada apenas à sua produtividade. Desapropriar a propriedade produtiva "é aberração", pois "quem produz já presta benefícios à sociedade". Em sua entrevista, ele evitou comentar questões como relação de emprego ou conservação da natureza. afirmou entretanto, que o fato de "Zequinha (como é conhecido o deputado Sarney Filho) ter sido convidado recentemente para ocupar a Secretaria Extraordinária para Assuntos Políticos no governo maranhense, não significa represália aos votos dados contra o "Centrão" na Ordem Econômica.

Primeiro, que chegou à primeira suplência com 28 mil votos, mostra-se mais seduzido pela prefeitura de São Luís que pela Constituinte. Segundo afirmou, vem liderando as pesquisas de opinião pública para as próximas eleições e já havia riscado Brasília de seu projeto político.



Reis garante que não falou em ministério com Sarney

Reis descarta troca de ministros agora

O deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, é cotado para ocupar o Ministério da Indústria e do Comércio, no lugar do ministro José Hugo Castelo Branco, que está com câncer, afirmou ontem que somente depois da promulgação da Constituição é que o presidente José Sarney pode proceder uma parcial reforma ministerial.

Milton Reis garantiu que não tratou do assunto ontem pelo Palácio da Alvorada, para discutir a estratégia do Governo para a Assembleia Nacional Constituinte aprovar o mandato de cinco anos. "Esse assunto sequer foi tratado", observou o parlamentar mineiro, ressaltando que o ministro José Hugo está em "pleno exercício".

"Eu já fui demitido tantas vezes, que já estou acostumado com essas notícias". Assim, com uma certa ironia, o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, reagiu à pergunta se estaria demissionário do cargo ou de que seria demitido pelo presidente José Sarney.

Para o ministro, que voltou a despachar com o presidente José Sarney após quase 40 dias, o cargo que ocupa é do presidente da República. "que é meu amigo e com quem sou solidário. Quando o Presidente precisar do cargo eu sigo", disse o ministro. Mas, antes observou, pretende concluir o trabalho que vem desenvolvendo e espera entregar, na próxima semana, ao presidente José Sarney, a proposta de uma nova política industrial para o País. "E na semana seguinte concluo o projeto das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação)".

Projeto das eleições desagradou históricos

Desde que a Constituinte foi inaugurada, há quinze meses, as sessões da Câmara dos Deputados espacaram-se e, de agitados e polêmicas, transformaram-se em reuniões monótonas onde poucos oradores rezeavam-se no horário dedicado ao "binga-fogo". Não foi o que aconteceu ontem, quando o deputado Cid Carvalho leu para o plenário o seu projeto regulamentando as eleições municipais deste ano e provocou a ira dos dissidentes do PMDB. E que o texto do parlamentar maranhense reservava uma surpresa capaz de inviabilizar o novo partido articulado pelos chamados históricos, ao excluir da proposta dispositivo previamente acertado entre as lideranças partidárias permitindo a participação no pleito municipal de legenda constituída por um mínimo

de trinta parlamentares. Em seu projeto, o relator da matéria deixou de fora todos os pontos considerados polêmicos, entre os quais o prazo de domicílio eleitoral, o trabalho de "boca de urna" e a utilização de out doors para propaganda política. No mais, repetiu o texto do "Projeto Judas", elaborado pelo deputado Ibsen Pinheiro, com uma única alteração: o prazo de filiação partidária exigido aos candidatos passa de 14 para 10 de julho.

Embora afirmando que a sua proposta é apenas um "esboço preliminar", a ser aperfeiçoado pelas emendas (que podem ser apresentadas desde ontem até a próxima sessão da Câmara, provavelmente terça-feira), Cid Carvalho deixou claro que não vai aceitar em seu segundo substitutivo qualquer sugestão visando a restabelecer o arti-

go que facilitava a criação de partidos. "Trata-se de um casuísmo. Por que trinta parlamentares podem formar uma legenda e trinta donas-de-casa, por exemplo, não terão a mesma facilidade?".

Depois de ler seu projeto para o plenário, Carvalho chegou a ser interpelado pelo deputado Pimenta da Veiga (ex-PMDB, atualmente sem partido) dentro do plenário. Dedo em riste, Pimenta acusou-o de haver traído o acordo previamente firmado entre as lideranças partidárias, retirando-se da sessão em seguida para se reunir com os demais líderes dissidentes. Enquanto isso, de "consciência tranqüila", o relator do projeto embarcava para o Maranhão — ele é presidente do PMDB naquele Estado, que realiza convenção regional no próximo domingo.



Projeto lido pelo deputado Cid Carvalho inviabiliza partido de centro-esquerda

Cardoso culpa "turma do Ulysses"

"Um golpe da turma do Ulysses". Foi desta forma que o senador Fernando Henrique Cardoso definiu ontem a atitude do deputado Cid Carvalho, relator do projeto regulamentando as próximas eleições municipais, de excluir da proposta o dispositivo que facilitaria a criação de novos partidos. Logo após a sessão da Câmara onde o projeto foi lido, os principais líderes da dissidência do PMDB reuniram-se na casa do deputado Pimenta da Veiga para discutir a situação. Ficou decidido que a nova legenda reunindo os chamados históricos nascerá de qualquer forma e já tem até data para ser lançada: 72 horas após a promulgação da nova Constituição.

Antes, os dissidentes tentaram aprovar emenda ao projeto Cid Carvalho, restabelecendo o artigo que permitia a participação nas próximas eleições de partido constituído por um mínimo de trinta parlamentares. Segundo Pimenta da Veiga, este dispositivo fazia parte do acordo de lideranças firmado previamente em torno da proposta: "Eles nos traíram. Foi uma deslealdade", reagiu o parlamentar mineiro.

Já o deputado Ibsen Pinheiro, que conduziu as negociações entre as lideranças, garante que o dispositivo citado por Pimenta nunca constou de qualquer acordo prévio. "Nós só es-

távamos comprometidos em relação aos pontos consensuais e esta sempre foi uma matéria polêmica. Agora, se eles querem incluir na proposta uma emenda e reunir maioria para aprová-la", desafiou.

O deputado Cid Carvalho, relator da proposta, também deixou clara a sua discordância em relação ao artigo que interessa aos dissidentes. Na opinião dele, facilitar a criação de partidos apenas para atender os anseios de um grupo político não passa de "puro casuísmo". Irritado, ele negou que tenha excluído o dispositivo do projeto por sugestão do deputado Ulysses Guimarães: "Eu penso pela minha própria cabeça". Para Pimenta da Veiga, contudo, a ligação pessoal de Carvalho com Ulysses não é mera coincidência.

Casuísmo mesmo, para o senador Fernando Henrique Cardoso, foi a atitude da "turma do Ulysses", que ao traír o acordo de lideranças teria até mesmo contrariado uma tradição do Legislativo: "Em todas as eleições se procurou facilitar a criação de partidos, justamente para abrir um leque amplo de opções à sociedade. E a primeira vez que um projeto deste tipo aparece para dificultar o surgimento de novas legendas".

Mas se a cúpula do

PMDB pensa que evitará o êxodo de parlamentares do partido com a medida, como advertiu Pimenta da Veiga, é melhor "perder as ilusões". Na reunião que mantiveram durante o almoço de ontem (estavam presentes o ex-governador Franco Montoro, os senadores Mário Covas, Fernando Henrique e José Riche), os líderes históricos decidiram reagir politicamente ao "golpe" marcando para 72 horas depois da promulgação da Constituição o lançamento do novo partido. Naquela data, contudo, não haverá mais tempo para a participação dos candidatos da legenda no pleito municipal.

Para garantir esta participação, os dissidentes estão estudando algumas alternativas. A primeira, mais imediata, é insistir no restabelecimento do dispositivo excluído do projeto pelo relator. Fernando Henrique anunciou que o grupo promoverá "pressões" neste sentido nos próximos dias, enquanto Pimenta da Veiga não afasta sequer a possibilidade de obstruir a votação da matéria para forçar a alteração.

Se não conseguirem mudar o projeto, os peemedebistas descontentes recomendarão às suas bases municipais que concorram às eleições através de outros partidos, para mais tarde aderirem à nova legenda.

Deputado confessa decepção

Sarney Filho, que somente ontem, comunicou sua decisão ao pai, presidente Sarney, afirmou que perdeu o estímulo com os trabalhos da Constituinte e sua primeira decepção foi encontrar uma briga de interesses momentâneos e perenes. "Vim para cá cheio de vontade e esperança fazer uma Constituição para o futuro, duradoura", disse, acrescentando que o segundo motivo que o levou a tomar tal decisão foi o fato de ser encarado como um instrumento de posicionamento do Governo. "Deixei de ser visto como um constituinte e passei a ser visto como o filho do Presidente, o que me levou a uma perda de identidade enquanto constituinte".

O deputado negou que essa vinculação estivesse atrapalhando o seu trabalho na Constituinte, "mas poderia atrapalhar o Presidente", justificou. Eleito com 110 mil votos, o que corresponde a uma votação duas vezes superior ao segundo colocado, Sarney Filho deixa a Câmara dos Deputados e cede lugar ao suplente Edivaldo Holanda, que atualmente está no PL e é candidato à Prefeitura de São Luís, capital maranhense.

REFORMA AGRÁRIA

Destituído da vice-liderança do PFL pelo líder José Lourenço (BA) logo após a votação do texto do

Centrão sobre a Reforma Agrária, Sarney Filho — lembrou que é autor da proposta mais antiga em tramitação na Constituinte, criando a justiça agrária. Como defensor da Reforma Agrária, o deputado explicou que seu voto não poderia ter sido outro, mas ressaltou não ser um voto pela desapropriação de terras produtivas "mas um voto a favor do entendimento, porque a reforma agrária não se fará numa disputa apertada ou ideológica".

Sarney Filho, por outro lado, justificou a atitude de José Lourenço como um direito de líder. "Ele tem todo o direito e cada líder tem o direito de merecer; se ele (Lourenço) acha que eu não mereço ser seu vice-líder, ele tinha todo o direito de me tirar". Mas também não deixou de lembrar que esse é um procedimento previsível por parte de José Lourenço, que em outras ocasiões retirou a vice-liderança dos deputados Alcei Guerra e Sandra Cavalcanti.

Ao ser indagado se o seu pai, o presidente José Sarney, havia concordado com a atitude de José Lourenço, Sarney Filho disse que ambos têm suas opiniões. "Ele (pai), enquanto Presidente e político, tem suas opiniões e eu as respeito, como ele respeita as minhas posições como político".